

## Padrões de vida na velhice

O crescimento da proporção de gerações mais velhas na população total, em ritmos e dimensões nunca antes conhecidos, realça a necessidade de análises aprofundadas, teórica e empiricamente sustentadas, de caracterização social das condições de vida na velhice<sup>1</sup>. Como sugere um relatório do INE sobre a «situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas»:

Este fenómeno social é um dos desafios mais importantes do século XXI e obriga à reflexão sobre questões com relevância crescente como a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade do sistema de segurança social e de saúde, e sobre o próprio modelo social vigente [INE, 2002a, p. 10].

O objectivo deste artigo é o de contribuir para um maior esclarecimento destas questões, tal como se colocam na sociedade portuguesa actual. Nesta medida, procura-se identificar a complexidade de factores e dinâmicas estruturais que configuram, simultaneamente, a especificidade e a diversidade interna dos contextos sócio-familiares e os perfis sociais de pessoas idosas.

Esta caracterização tem por base um modelo de análise, desenvolvido no quadro de um projecto do CIES, intitulado «Padrões de vida: perfis e tendências na sociedade portuguesa contemporânea (desenvolvimentos conceptuais e exploração analítica de microdados estatísticos)»<sup>2</sup>. Modelo esse que articula, sob diversas perspectivas, alguns dos vectores centrais de estruturação do espaço social e das formas de existência social contempo-

---

\* Investigadora do CIES, ISCTE; bolsreira da FCT.

<sup>1</sup> Para uma análise das evoluções recentes nesta matéria sugere-se a consulta de publicações do INE referenciadas na bibliografia.

<sup>2</sup> Projecto desenvolvido sob a coordenação científica do Prof. Doutor António Firmino da Costa, aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do POCTI e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, referência, POCTI/36483/SOC/2000.

râneas, como sejam o «trabalho», as «qualificações» e ainda os «consumos». A partir da exploração analítica das influências recíprocas, que se estabelecem entre estes vectores, procura-se ensaiar uma tipologia de diferentes padrões de vida dos mais idosos<sup>3</sup>.

## REPRESENTAÇÕES SOBRE A VELHICE E O ENVELHECIMENTO

### AS DIFICULDADES CONCEPTUAIS NA DELIMITAÇÃO DA CATEGORIA «IDOSOS»

De uma forma genérica, podemos descortinar nos discursos dominantes sobre a velhice dois grandes conjuntos de representações (Caradec, 2001a, pp. 28-37). Por um lado, os discursos da *velhice negativa*, onde se sublinham, fundamentalmente, as situações de pobreza, isolamento social, solidão, doença e dependência. Neste quadro, é como se a partir de determinada etapa do ciclo de vida coexistíssemos todos, fatalmente, num espaço social indiferenciado, não estruturado, sem integração ou oportunidades. Num segundo bloco, contrariando estas imagens, desenham-se os discursos dirigidos aos «menos jovens», que não se enquadram no modelo anterior, e onde os mesmos são projectados, preferencialmente, como potenciais *segmentos específicos de consumos*. Neste âmbito, a velhice é associada de forma apelativa a designações positivas que a projectam num tempo de lazer, de liberdade e de auto-aperfeiçoamento — são exemplo disto expressões como «universidade da terceira idade», «turismo sénior», etc.

Os dois pólos de representações das condições de vida na velhice estão ainda patentes numa segmentação, igualmente dicotomizada, desta última fase do trajecto de vida, onde se associa o primeiro conjunto a uma «quarta idade» — a velhice na verdadeira acepção da palavra, ou «a idade em que se começam a perder capacidades essenciais e se regista uma deterioração do estado geral de saúde» (Fernandes, 2001, p. 44) — e o segundo à «terceira idade», conceito que frequentemente se faz corresponder à categoria de «reformado».

A par destas representações, e reflectindo algumas alterações fundamentais quer nas condições que envolvem, sobretudo, o início desta última fase do ciclo de vida — em termos de saúde, longevidade/esperança de vida —, quer o *peso* crescente que este segmento representa no conjunto da popula-

---

<sup>3</sup> Para operacionalização do modelo desenvolve-se uma abordagem multidimensional fundamentada em métodos de análise estatística multivariada, disponíveis no *package* do SPSS, como a «análise de componentes principais» (ACP), a «análise da homogeneidade» (HOMALS) e a «análise de *clusters*». (Para um maior aprofundamento dos procedimentos metodológicos desenvolvidos nestas análises sugere-se a consulta do trabalho desenvolvido por Helena Carvalho no âmbito da dissertação de doutoramento, *op cit.*, 1999). Do ponto de vista empírico, a análise é sustentada pela exploração de bases de microdados de dois projectos do INE: o *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999-2000, e o *Inquérito ao Emprego*, 2.º trimestre de 2000.

ção<sup>4</sup>, surge o conceito de «envelhecimento activo» (ONU, 1982)<sup>5</sup>. Nestas representações, que se consolidam ao longo da década de 1990 e que se vêem reforçadas na 2.<sup>a</sup> Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, promovida pela ONU, que teve lugar em Madrid em Abril de 2002, procura-se promover a integração social e laboral dos idosos. No seu desenvolvimento, para além de um apelo à implementação de medidas específicas que promovam alterações nas regras e práticas de organização do trabalho e atenuem atitudes discriminatórias em relação aos mais velhos, sugere-se a implementação de medidas que facilitem o acesso dos idosos, nomeadamente nos segmentos mais vulneráveis, às actividades culturais e recreativas, bem como o fomento de solidariedades intergeracionais tanto no seio da própria família como em diversos contextos específicos da sociedade.

Na ausência de tais medidas, Matilda Riley e John Riley (1991) sublinham a «*décalage* estrutural» subjacente ao desequilíbrio presente entre, por um lado, as dinâmicas de uma massa crescente de indivíduos competentes, motivados e potencialmente activos e, por outro lado, a falta de papéis produtivos ou carregados de sentido, isto é, a ausência de lugares específicos na estrutura social que permitam encorajar e recompensar essas novas forças. Ou seja, não havendo uma mudança de paradigma nas modalidades sociais e institucionais de integração das pessoas idosas, o seu crescimento exponencial tenderá, pois, a arrastar uma intensificação de desfazamentos e dualismos sociais, por desajustamentos entre sistemas de expectativas e condições para lhes responder.

Esta reconceptualização nas abordagens do envelhecimento e da velhice, neste âmbito, designada, cada vez com maior frequência, sob o rótulo dos «seniores», introduz, assim, novos argumentos na resistência analítico-conceptual de delimitação da «categoria dos idosos», tomando como critério único a pertença a um escalão etário.

Nesta linha de argumentação, alguns autores apontam a necessidade de repensar a velhice a partir da determinação de uma «idade social» (Caradec, 2001a, pp. 54-57). Num estudo sublinhado por este autor, Christian Lalive

---

<sup>4</sup> O *peso* dos idosos no conjunto da população assume aqui um duplo sentido. Traduz, por um lado, o processo de envelhecimento demográfico associado ao aumento da proporção das gerações mais idosas; por outro lado, não deixa de ser alimentado pela inquietação crescente sobre o financiamento futuro das reformas (v., por exemplo, Rosa, 2000).

<sup>5</sup> Sugere-se a consulta de diversos documentos das Nações Unidas destacados nas *outras referências* da bibliografia, nomeadamente a Resolução n.º 37/95, que consagra o *Plano Internacional de Acção para o Envelhecimento*, decorrente da assembleia de Viena em 1982, a Resolução n.º 46/91, que consagra os «Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas», e ainda os documentos preparatórios da 2.<sup>a</sup> Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, designadamente o relatório da Comissão de Emprego e Política Social/OIT e o relatório intitulado «Saúde e envelhecimento: um documento para o debate» da OMS. Todos estes documentos constituem elementos importantes na procura de instauração de «um novo paradigma que considere as pessoas idosas participantes activas na sociedade», mas é sobretudo no último documento salientado (da OMS) que os contornos do conceito de «envelhecimento activo» são desenvolvidos com todo o pormenor.

d'Épinay (1999) propõe uma nomenclatura do envelhecimento segundo o «estatuto funcional», ou seja, a aptidão do indivíduo em realizar as suas actividades básicas autonomamente, tais como «cortar e mastigar alimentos» ou «subir e descer escadas». De resto, vão também neste sentido as teorizações desenvolvidas nos diversos documentos das Nações Unidas referidos anteriormente, os quais, em linhas gerais, propõem a elaboração de limiares evolutivos da velhice que equacionem uma espécie de patamar médio de bem-estar físico, social e mental dos idosos.

«A juventude não é senão uma palavra», escreveu Pierre Bourdieu numa fórmula que pode aplicar-se também ao segmento aqui em análise e que visa relativizar a importância de um atributo etário enquanto factor de estruturação do espaço das condições sociais.

É verdade que a pertença a determinado escalão de idades ou *coorte* geracional constitui um elemento relevante sobre diversos aspectos das condições sociais de existência. No entanto, o seu significado social só poderá ser adequadamente decifrado se, tal como sugere António Firmino da Costa (1999, p. 198), não a considerarmos de forma «isolada ou auto-suficiente, mas sim, antes de mais, [como indicador] de um sistema de propriedades caracterizadoras do *espaço social* — espaço relacional das condições sociais de existência — e das *posições sociais* [coordenadas de localização] de cada indivíduo ou grupo nesse espaço topológico, multidimensional e estruturado».

De acordo com esta formulação — como refere o autor, inspirada sobretudo no modelo teórico de Pierre Bourdieu, em *La distinction* (1979) —, «são as *distribuições desiguais de recursos* (ou das «espécies de capital», na terminologia de Bourdieu) [...] que dão à estrutura do espaço social a sua configuração básica» (Costa, 1999, p. 198). A qual, pressupõe-se ainda, pode ser caracterizada a partir de *propriedades sociais objectivadas*, ou antes, pela estrutura das relações que essas propriedades estabelecem entre si.

Nesta perspectiva, a variável «idade» assume, assim, preferencialmente o estatuto de variável auxiliar da pesquisa, tal como o sexo, os contextos familiares e outros atributos sociais que aqui também nos propomos explorar.

## PARÂMETROS DE CONFIGURAÇÃO DOS PERFIS SOCIAIS DAS PESSOAS IDOSAS

Não havendo um consenso quanto ao limiar a partir do qual um indivíduo se pode *classificar* no conjunto das *pessoas mais idosas*, numa primeira aproximação à problemática, e tendo em conta a importância da idade na delimitação social da velhice, no quadro n.º 1 desenvolve-se uma caracterização global dos elementos estatísticos em estudo, articulando diversos escalões etários com um conjunto diversificado de atributos sociais dos indivíduos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A ausência de informações, na base de dados do IOF, sobre a última profissão exercida pelos indivíduos que no momento do inquérito se inseriam numa das categorias de inactivos

Com esta exploração analítica inicial, referenciada à sociedade portuguesa actual, pretende-se salientar alguns dos elementos específicos característicos do que normalmente se designa por *velhice*, mas que, cada vez mais, constitui uma etapa normal da existência, uma *nova* fase do ciclo de vida, e que, para muitos, se inicia com a entrada na inactividade (Bourdelaís, 1997; Dubar, 2001; Caradec, 2001a; Fernandes, 1997 e 2001).

Do ponto de vista da análise estatística, os diversos estudos, nomeadamente do INE, tendem a assumir como patamar mínimo de entrada na categoria de idosos os 65 anos, idade a partir da qual o peso de inactivos-reformados ultrapassa o conjunto de indivíduos inseridos na actividade (INE, 2002a, p. 10; Fernandes, 2001, pp. 43-44). No entanto, a abordagem aqui desenvolvida detém ainda o escalão dos 55-64 anos. Como sugerem os dados ilustrados no quadro n.º 1, localiza-se nesta faixa etária uma proporção expressiva de indivíduos já em situação de inactividade, seja na sequência de uma antecipação da reforma, seja, no caso sobretudo das mulheres, pelo peso de domésticas. Na sociedade contemporânea, muito estruturada pelo trabalho, é provável que boa parte dos que estão integrados neste escalão etário, apesar de terem pela frente ainda uma esperança de vida média que ultrapassa provavelmente os vinte anos, se vejam, por força da situação de inactividade, esvaziados do *status* social que lhes conferia a situação profissional anterior e, por esta via, com posicionamentos relativos no espaço social que os aproximam, mais do que distanciam, dos patamares etários superiores.

No quadro n.º 1, a repartição dos diversos grupos etários por NUT II realça a maior proporção de pessoas idosas nas regiões do Alentejo, Algarve e Centro: os três escalões acima dos 55 anos detém aí pesos relativos sempre superiores aos que encontramos no conjunto e gradualmente mais expressivos à medida que se avança na estrutura etária<sup>7</sup>.

Nos outros indicadores sócio-espaciais retidos nesta análise, e a exemplo do que se verifica para a globalidade da população, a larga maioria dos diversos segmentos de idosos reside em contexto urbano e metropolitano (sobretudo na AM de Lisboa). Contudo, nesta matéria observam-se, à medida que se avança na estrutura etária, dois movimentos relativamente contraditórios: por um lado, o reforço de concentração na AM de Lisboa; por outro, também um maior envelhecimento do contexto rural.

---

não nos permite estender esta análise às relações sociais de classe ou à análise das profissões. Ora estes são elementos cruciais de estruturação dos padrões de vida, tanto mais importantes quando, como no caso em estudo, se procura estudar esses processos como resultados de estratégias e trajectórias ligadas a condições de vida e de trabalho. Adiante procura-se colmatar esta lacuna de informação a partir de um pequeno ensaio referenciado empiricamente ao *Inquérito ao Emprego*, onde esses elementos estão disponíveis. Sobre os processos de estruturação de classificações sociais, v. Costa (1998).

<sup>7</sup> A nomenclatura territorial (NUT II) referenciada nesta análise é a anterior à aprovada em 2002.

Estas duas tendências poderão, quanto a nós, obedecer a dinâmicas sócio-demográficas e territoriais de naturezas relativamente diversas. Enquanto a primeira resulta, sobretudo, de um processo de envelhecimento pela base da pirâmide, derivado de uma quebra das taxas de natalidade e de fecundidade — tendência confirmada nos resultados do recenseamento geral da população de 2001 para a região de Lisboa —, já o segundo movimento, de envelhecimento rural, poderá traduzir dois processos não apenas opostos entre si, como ainda diversos do anterior.

Por um lado, podemos ver nesta maior incidência dos escalões mais idosos na ruralidade alguns vestígios do Portugal predominantemente agrícola característico das décadas de 1960 e 1970 do século passado. Por outro lado, também poderá reflectir-se neste envelhecimento um movimento de «retorno à terra» de algumas das famílias que, precisamente pelo mesmo período, integraram processos diversos tanto de migração (dos campos para a cidade, do interior para o litoral, de saída para as ex-colónias) como de emigração, designadamente para outros países europeus<sup>8</sup>.

A análise por contextos sócio-familiares realça a preponderância de ciclos de vida familiares, onde, sucessivamente, o núcleo alargado (constituído maioritariamente por casais com crianças/jovens) passa a casal (esta passagem acentua-se desde logo no escalão dos 55-64 anos) e, posteriormente, à família unipessoal (sobretudo a partir dos 75 anos). A articulação destes elementos com a situação conjugal denuncia ainda a importância aí detida pela viuvez. Situação que, do ponto de vista do género, é vivida com maior frequência pela mulher, em virtude da maior longevidade feminina<sup>9</sup>. O predomínio dos ciclos de vida familiares referenciados não obsta a que, nos diversos segmentos etários considerados, viver só constitua uma situação estatisticamente minoritária face ao casal ou a outro tipo de agregado.

Passando para a análise da condição perante o trabalho, como sublinhado antes, os resultados ilustrados no quadro n.º 1 revelam ainda o peso muito expressivo da inactividade logo a partir do grupo etário dos 55-64 anos, resultante da forte presença já nesta fase das trajectórias individuais, das categorias de reformados (26,3%, contra um peso de 1,9% no escalão etário dos 25-54 anos), domésticas (17,0%) e incapacitados (3,0%). À medida que se avança na estrutura de idades, a situação de inactividade acentua-se, desta feita, associada claramente ao crescimento da categoria de reformados (representa 76,0% e 85,4% nos escalões dos 65-74 anos e  $\geq 75$  anos, respectivamente).

---

<sup>8</sup> Para uma caracterização destes fenómenos e suas articulações recíprocas com outros processos de recomposição social, v. Almeida *et al.* (1994 e 2000), Ferrão (1996) e Machado e Costa (1998).

<sup>9</sup> De acordo com os dados do último recenseamento geral da população portuguesa, o índice de envelhecimento segundo o género (estabelecido este pela relação entre a população  $\geq 65$  anos e a população com  $\leq 14$  anos) traduziu-se, em 2001, em 122 mulheres e 84 homens por cada 100 jovens.

## Caracterização social da população portuguesa com 25 e mais anos

[QUADRO N.º 1]

Indicadores	Grupos etários				Total global
	25-54 anos	55-64 anos	65-74 anos	> 75 anos	
<b>Contextos territoriais</b>					
<b>Região Nut II</b>					
Norte . . . . .	36,7	31,1	30,4	28,9	34,3
Centro . . . . .	16,6	17,9	20,1	21,1	17,7
LVT . . . . .	33,8	37,9	34,4	34,3	34,6
Alentejo . . . . .	4,7	5,6	7,1	7,5	5,4
Algarve . . . . .	3,6	4,0	4,3	4,7	3,8
Açores . . . . .	2,2	1,7	1,7	1,8	2,0
Madeira . . . . .	2,4	1,8	1,9	1,7	2,2
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Urbanização</b>					
Rural . . . . .	13,2	18,2	23,3	24,3	16,4
Semiurbano . . . . .	30,6	27,9	29,4	27,3	29,7
Urbano . . . . .	56,2	54,0	47,4	48,4	53,9
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00
<b>Área metropolitana</b>					
Não pertence a área metropolitana . . . . .	43,6	41,3	46,4	45,0	43,7
Área metropolitana do Porto . . . . .	18,7	16,1	14,9	15,1	17,5
Área Metropolitana de Lisboa . . . . .	37,7	42,6	38,8	40,0	38,8
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Contextos familiares</b>					
<b>Tipo de agregado</b>					
Unipessoal . . . . .	2,7	6,0	14,8	27,2	7,1
Casal . . . . .	12,9	35,9	51,7	42,3	24,3
Outro . . . . .	84,4	58,1	33,5	30,5	68,6
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Situação conjugal</b>					
Solteiro . . . . .	17,6	3,9	4,5	5,5	12,6
Casado . . . . .	77,3	82,9	72,1	46,2	74,7
Divorciado . . . . .	3,6	3,1	1,9	1,5	3,1
Viúvo . . . . .	1,5	10,1	21,5	46,7	9,6
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Sexo</b>					
Feminino . . . . .	50,8	53,3	57,9	60,8	53,0
Masculino . . . . .	49,2	46,7	42,1	39,2	47,0
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Condição para o trabalho</b>					
Activo . . . . .	84,0	51,3	9,7	2,0	61,5
Reformado . . . . .	1,9	26,3	76,0	85,4	23,1
Doméstico . . . . .	10,3	17,0	11,0	8,5	11,3
Incapacitado . . . . .	1,6	3,0	1,7	1,2	1,8
Outra . . . . .	2,3	2,4	1,6	2,9	2,3
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Níveis educacionais</b>					
Sem escolaridade . . . . .	5,1	29,3	50,5	60,1	19,9
Básico . . . . .	72,2	63,8	44,3	35,9	63,9
Secundário/superior . . . . .	22,7	6,9	5,2	3,9	16,2
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, base de microdados do *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999-2000.

Do ponto de vista da estrutura de qualificações, nas gerações mais idosas, os recursos muito baixos que caracterizam a generalidade da população portuguesa são ainda acentuados: no escalão dos 55-64 anos cerca de um terço dos indivíduos não concluiu qualquer grau de escolaridade<sup>10</sup>. Neste segmento, tal como no conjunto dos 25-54 anos, são, apesar de tudo, maioritários os indivíduos que adquiriram o ensino básico (63,8%). A situação inverte-se significativamente à medida que avançamos na estrutura etária: no conjunto dos indivíduos com 65-74 anos, a proporção dos que não detêm qualquer grau de instrução atinge sensivelmente 50% da distribuição, agravando-se 10 pontos percentuais no escalão seguinte<sup>11</sup>. Nos três grupos etários que privilegiamos nesta análise é muito minoritária a proporção dos que ultrapassaram o nível secundário de escolaridade; daí que tenhamos optado por considerar de forma agregada a percentagem dos que adquiriram o secundário e/ou o superior.

A educação formal constitui, nas sociedades contemporâneas, um indicador central de estruturação das distribuições desiguais de recursos, poderes e oportunidades, condicionando e capacitando diferentemente as pessoas para a vida social. De todos os indicadores que compõem o quadro n.º 1, o nível educacional adquirido pelos indivíduos é, provavelmente, o mais discriminatório, podendo constituir, como sugere Paul Paillat (1991, p. 4), um vector crucial no prelúdio de uma «velhice plena» *versus* «velhice vazia».

Na sociedade portuguesa o nível de qualificações adquiridas constitui um vector muito marcado por dinâmicas geracionais e de género. Designadamente, no que respeita ao segmento feminino, permite claramente distinguir duas estruturas de qualificações profundamente divergentes, mesmo invertidas, entre as gerações de mulheres em idade activa, mais qualificadas do que os seus congéneres do sexo oposto, e as gerações idosas, maioritariamente sem qualquer grau de instrução adquirido (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000).

Se pensarmos que entre as pessoas idosas as mulheres representam o maior segmento de não escolarizados, podemos deduzir, a partir desta relação, que boa parte das idosas-inactivas no momento de inquirição, muito provavelmente, poderão ter vivido essa situação de inactividade pelo menos durante períodos relativamente prolongados dos seus trajectos individuais/familiares (com o casamento, com o nascimento dos filhos, ou para prestar cuidados a outros familiares doentes ou idosos)<sup>12</sup>. Assim, menos qualificadas

---

<sup>10</sup> Sobre os processos de recomposição sócio-educacional da população portuguesa, v. Machado e Costa (1998) e Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida (2000).

<sup>11</sup> Nos três grupos etários que privilegiamos nesta análise é muito minoritária a proporção dos que ultrapassaram o nível secundário de escolaridade; daí que tenhamos optado por considerar de forma agregada a percentagem dos que adquiriram o secundário e/ou o superior.

<sup>12</sup> A relação assimétrica entre a detenção de recursos educacionais e condições de inserção na actividade profissional tem sido corroborada por diversos estudos (v., a título meramente ilustrativo, Almeida, 1993 e 1998, numa pesquisa desenvolvida no Barreiro junto de famílias do operariado, e Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000, pp. 29-40, numa



e com rendimentos mais escassos dos que os seus congéneres masculinos (desde logo, em virtude de carreiras contributivas mais curtas) e também mais sujeitas ao isolamento (por viuvez), sobretudo na fase mais avançada da velhice, onde a incidência de doenças crónicas é mais frequente, as mulheres constituem, muito provavelmente, um dos segmentos mais fragilizados do conjunto em análise<sup>13</sup>.

## ESPAÇO TOPOLÓGICO DE PADRÕES DE VIDA NA VELHICE

No presente capítulo procura-se operacionalizar uma abordagem multidimensional, envolvendo um leque muito alargado de dimensões, as quais remetem para domínios diversos da prática social. Desde o consumo, em patamares diferenciados, de produtos alimentares, de vestuário ou ligados à habitação até consumos mais específicos, como as despesas em saúde ou ainda outros conjuntos mais explicitamente estruturados em função da disponibilidade de recursos qualificacionais e económicos, como sejam os consumos de novas tecnologias e de produtos e serviços culturais, entre outros.

Na delimitação destas dimensões de consumo começou-se por definir, de forma teoricamente fundamentada, um conjunto de blocos temáticos, tendo em vista integrar na análise campos diferenciados, estruturadores das condições de vida dos indivíduos e das famílias<sup>14</sup>. Uma vez estabelecidas as

---

perspectiva comparativa referenciada ao quadro da UE). De acordo com os dados do INE relativos ao *Inquérito ao Emprego*, 2.º trimestre de 2000, no conjunto da população com 15 e mais anos, representam 14,0% as mulheres que apontam como principal motivo para abandono da última actividade «razões pessoais/familiares» (contra apenas 2,7% de homens). Já no segmento feminino com 55 e mais anos, essa percentagem desce para 9,4%, entre as quais o casamento representa 3,8%, cuidar de crianças 2,3% e cuidar de idosos ou incapacitados 1,0%.

<sup>13</sup> Importa sublinhar, neste âmbito, que no nosso país, em virtude de apenas em 1984 se ter formulado a primeira Lei de Bases da Segurança Social, de facto, muitos dos indivíduos hoje integrados nas categorias em análise nunca descontaram para qualquer subsistema, pelo que, caso não tenham outras fontes de receita, o seu rendimento médio mensal equivale ao RMG.

<sup>14</sup> As *dimensões iniciais* eram: 1. alimentação; 2. habitação; 3. vestuário; 4. saúde; 5. transportes; 6. cultura e lazer; 7. educação; 8. férias; 9. tecnologias massificadas; 10. novas tecnologias de comunicação e informação; 11. grandes equipamentos supletivos. Foi com base nesses blocos temáticos de dimensões que, numa primeira fase, se seleccionaram os indicadores operacionalizados nas diversas análises das componentes principais (ACP) (Reis, 1990). Em função dos resultados das ACP, algumas das dimensões acabaram por ser desagregadas (a distinção entre alimentação básica e preparada, por exemplo), enquanto outras, à partida diferenciadas, se diluíram numa única dimensão analítica (é exemplo disso a integração das dimensões «cultura e lazer», «educação» e «férias» numa única designada por «práticas culturais»). Estas opções finais resultam já de uma segunda fase das ACP, onde a partir de um número reduzido de indicadores agregados foi possível operacionalizar em simultâneo todos os blocos temáticos em análise. Por exemplo, é nesta fase que, na saúde, os três componentes ligados a (1) consumos de produtos farmacêuticos e medicamentos,

dimensões de análise reportadas aos consumos, e na medida em que se pretendia averiguar o modo como se articulam entre si, configurando um espaço topológico de padrões de vida, relativamente diferenciados, de diversos segmentos de pessoas idosas, optou-se por desenvolver uma análise de homogeneidade (Carvalho, 1999).

A figura n.º 1 ilustra os resultados dessa análise. O aspecto mais saliente nesta figura prende-se com a multidimensionalidade e complexidade que caracterizam a estruturação do espaço de padrões de vida das pessoas idosas nos diversos patamares de práticas de consumo. Esta projecção põe em destaque um conjunto muito expressivo de regularidades sociais subjacentes à distribuição hierarquizada das categorias de uma multiplicidade de indicadores.

Numa perspectiva global, observando o posicionamento relativo dessas categorias no plano definido pelos dois primeiros eixos, é notável a sua forma aproximadamente parabólica — conhecida pelo *efeito de Guttman* (Oliveira e Carvalho, 2002, p. 45). Tal decorre do facto de, independentemente da esfera de consumo, as categorias que traduzem patamares semelhantes estarem posicionadas de forma ordenada e, em termos de distância relativa, próximas umas das outras.

Nos extremos da distribuição, claramente destacadas mesmo dos conjuntos de que mais se aproximam, posicionam-se as categorias mais diferenciadoras, correspondentes a padrões de consumo minoritários: no quadrante 1, a categoria associada a altos níveis de consumo de produtos/serviços culturais; no quadrante 2, a categoria que traduz baixos consumos do que se designou por tecnologias correntes (estão aqui os indivíduos integrados em famílias que detêm, no máximo, três das tecnologias que compõem este índice: por exemplo, fogão e/ou televisão e/ou frigorífico).

Estendendo a análise ao conjunto dos índices, subjacente a esta oposição das categorias extremas, projectadas nos quadrantes 1 e 2, e reflectindo o peso determinante da *dimensão 1* na estruturação do espaço topológico de consumos, verifica-se uma relativa bipolarização entre, por um lado, os consumos muito baixos ou mesmo ausentes nos cabazes destes indivíduos e respectivas famílias e, por outro lado, os consumos médios a elevados.

A análise detalhada de cada um dos índices projectados permite salientar algumas especificidades do conjunto em análise, nomeadamente na distribui-

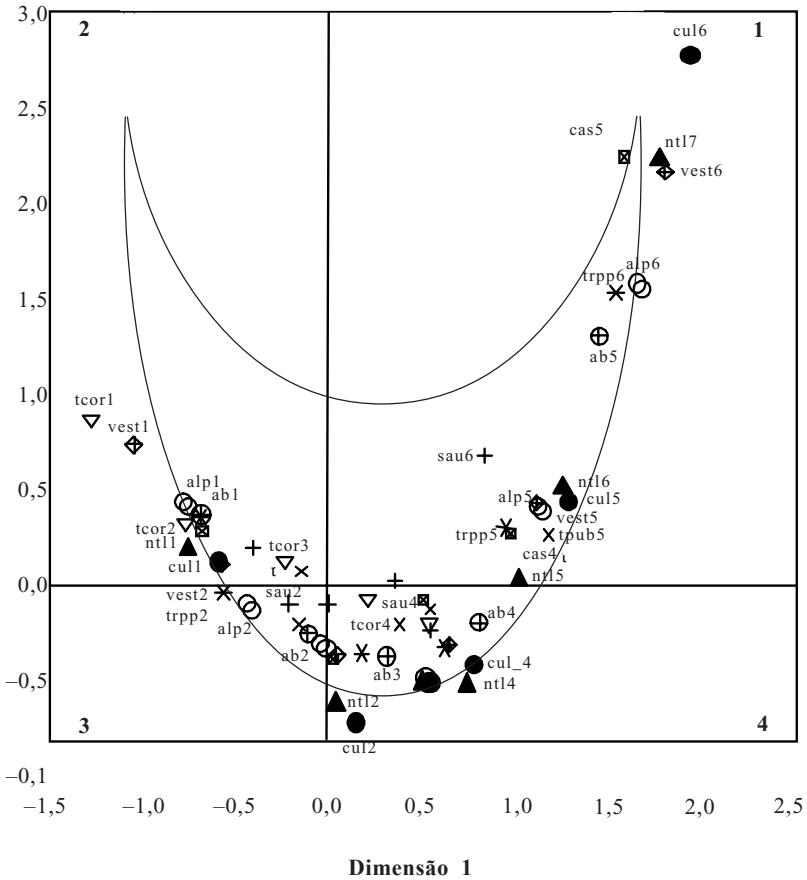
---

aparelhos e material terapêutico, (2) consultas e tratamentos envolvendo serviços médicos, dentistas e paramédicos, (3) consultas e despesas hospitalares, resultam numa única componente principal, claramente diferenciada, que designámos por despesas em saúde.

A construção dos índices de consumo desenvolveu-se num processo complexo de trabalho em equipa, onde, para além da autora deste artigo, estiveram envolvidos todos os elementos do projecto «Padrões de vida» — antes referenciado —, nomeadamente Susana da Cruz Martins, Ana Simões Antunes e António Firmino da Costa. Para uma aproximação ao trabalho desenvolvido, v. Mauritti, Martins, Antunes e Costa (2002).

Configuração topológica do espaço de consumos

[FIGURA N.º 1]



**Legenda:** ab, alimentação básica; alp, alimentação preparada; cas, habitação; vest, vestuário e imagem pessoal; sau, saúde; trpp, transportes próprios; tpub, transportes públicos; cul, práticas culturais; ntl, novas tecnologias; tcor, tecnologias correntes.

ção dos consumos que acolhem uma maior proporção de indivíduos, correspondentes às categorias que se posicionam nos quadrantes 3 e 4:

- *Alimentação básica e habitação:* representam as únicas componentes em que não se registam frequências de não consumo, mas, enquanto no primeiro índice os patamares de consumo massificados se estendem ao nível 4 (numa escala de cinco posições), já as despesas em habitação, nesta vertente mais generalista de consumos, se estendem no máximo ao nível 3;

- *Saúde*: representa uma das componentes de despesa com comportamentos mais heterogêneos face à distribuição de conjunto. Aqui a categoria de não consumo deverá ser lida com alguma cautela, podendo traduzir, mais do que uma ausência, a importância que reveste o sistema nacional de saúde, ao facultar serviços de assistência e apoio gratuitos para os segmentos mais fragilizados da população, representados neste conjunto. Mesmo assim, numa escala de seis posições, os consumos massificados estendem-se ao nível 5, traduzindo, aliás, o peso que revestem as despesas em saúde, em particular para este conjunto dos indivíduos com 55 e mais anos;
- *Tecnologias correntes*: traduzindo a massificação destas tecnologias, a maioria dos indivíduos envolvidos nesta análise estão inseridos em famílias que detêm a totalidade de indicadores que compõem este índice (por ordem decrescente de importância: fogão, televisão, frigorífico, telefone, máquina de lavar roupa, máquina de costura e arca congeladora);
- *Vestuário e imagem pessoal, alimentação preparada, transportes próprios, novas tecnologias e práticas culturais*: nestes índices os consumos massificados estão distribuídos preferencialmente nos patamares 2, 3 e 4, traduzindo, pois, níveis de consumo que variam entre o baixo e o médio. Para além disso, verifica-se aqui uma presença de não consumos que não deixa de ser expressiva (particularmente acentuados nos índices relativos às práticas culturais, transportes próprios e novas tecnologias de lazer, comunicação e lar). Em particular, estes últimos índices reportam para o domínio de competências que marcam pouca presença nestes conjuntos, como vimos, muito desqualificados da população. Além disso, como sugere Vicent Caradec (2001b), é provável que para segmentos expressivos destes indivíduos alguns componentes dos índices referenciados não se adequem ou não tenham qualquer utilidade no quadro dos modos de vida que são os seus;
- *Transportes públicos*: é de todas as componentes de consumo talvez a que marca menor presença no cabaz de consumos destes segmentos: o que se reflecte no posicionamento relativo dos níveis 1 e 2 (correspondentes a não consumo ou a patamares de consumo elementares), muito próximos do eixo.

Desta forma estabelecida a configuração do espaço topológico de consumos, para uma melhor ilustração da distribuição dos diversos segmentos-tipo, e tendo em vista poder determinar o peso relativo de cada um face ao conjunto, sob a análise de homogeneidade foi desenvolvida uma análise de *cluster* (Carvalho, 1999). Os resultados desta abordagem estão projectados na

seguinte. Nessa análise procura-se integrar os três parâmetros básicos de estruturação da vida social que compõem o modelo analítico que sustenta a presente reflexão, a saber, o trabalho, as qualificações e os consumos.

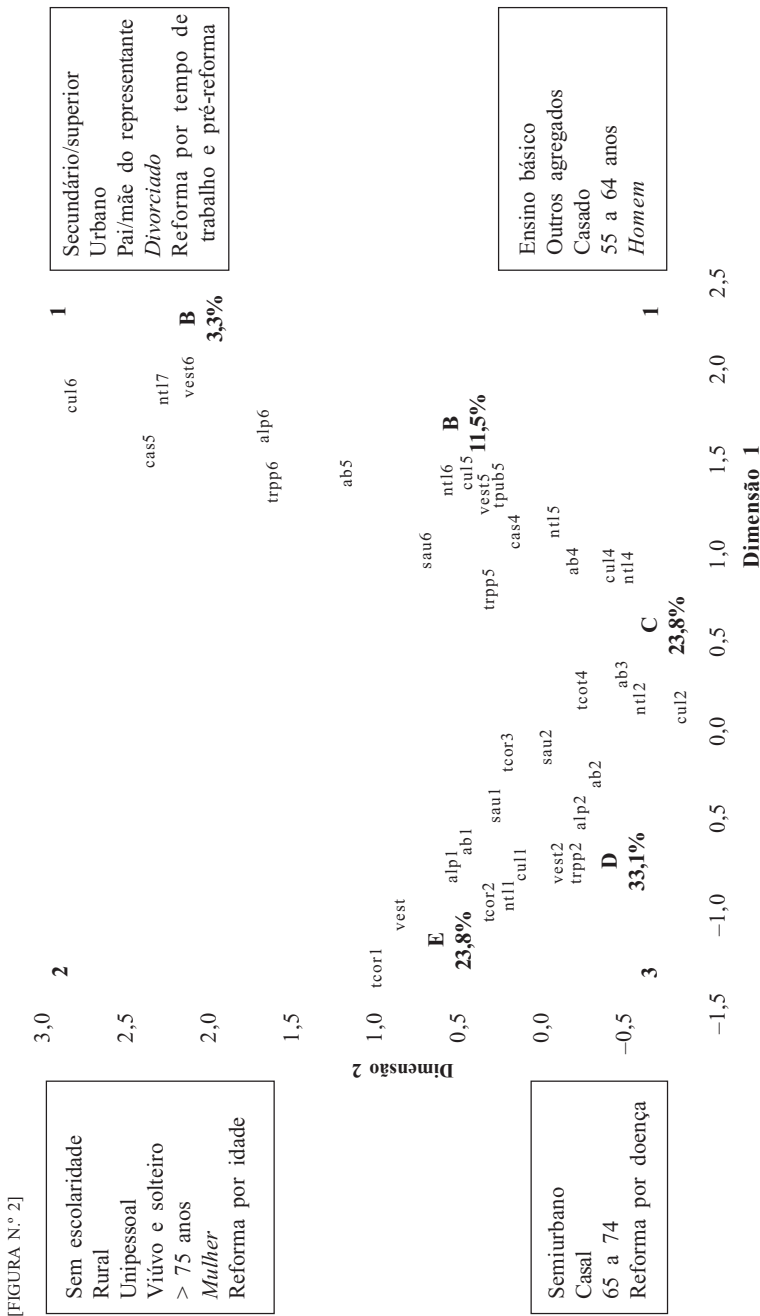
Antes de passar para uma análise mais pormenorizada da tipologia aqui proposta importa realçar alguns dos limites subjacentes a esta classificação, o primeiro dos quais decorre de estarmos a tomar por referencial empírico elementos estatísticos de um inquérito que, de facto, não se dirige especificamente aos indivíduos com 55 e mais anos, mas ao conjunto da população. Sublinhe-se ainda o facto de os indicadores aqui considerados, sendo bastante diversificados, não cobrirem algumas dimensões, quanto a nós, fundamentais para uma compreensão mais global dos padrões de vida destas pessoas. Entre muitos outros aspectos, estão ausentes desta abordagem, desde logo, indicadores relacionados com a estrutura e densidade de redes alargadas de relacionamento social em que se integram (remetendo para a família, para as relações de vizinhança, amizade e ainda institucionais/profissionais de apoio); como também indicadores que equacionem, de forma mais qualitativa, a forma como estes indivíduos reinterpretem e representam a sua situação social actual. Um outro aspecto prende-se com o facto de esta classificação só parcialmente integrar elementos que remetem para as trajectórias individuais. Mas, sendo limitada e constituindo uma simplificação da realidade, a tipologia proposta não deixa de introduzir alguma complexidade nos contextos sociais da velhice na sociedade portuguesa contemporânea.

## PERFIS-TIPO DOS PADRÕES DE VIDA DAS PESSOAS COM 55 E MAIS ANOS

Tendo em conta a multiplicidade de indicadores operacionalizados, é possível identificar cinco perfis-tipo de padrões de vida das pessoas com 55 e mais anos (figura n.º 2).

Uma primeira abordagem destes perfis permite, desde logo, realçar, a par das especificidades globais que caracterizam este conjunto, a heterogeneidade de configurações vivenciais e culturais de que estes indivíduos e respectivos quadros familiares são portadores. Esta diferenciação interna dos quadros sociais da velhice na sociedade portuguesa contemporânea consubstancia-se em situações de difícil sobrevivência, como as que encontramos nas categorias do perfil A e em parte, provavelmente, também no B, até às situações estatisticamente minoritárias, de quadros sociais mais favorecidos, dos perfis E e D. Entre estes extremos encontramos um perfil C, envolvendo, em parte, indivíduos que ainda estão inseridos na actividade profissional e cujas condições materiais de existência, embora não traduzam a mesma precariedade que encontramos nos dois primeiros perfis, apresentam alguma vulnerabilidade.

Perfis-tipo dos padrões de vida das pessoas com 55 e mais anos



**Nota:** V. legenda e notas à figura n.º 1. Nesta figura n.º 2 os indicadores reportados nas «janelas» adjacentes a cada quadrante foram projectados em suplemento, não contribuindo assim de forma activa para a estruturação do espaço topológico, tal como é aqui ilustrado. O posicionamento relativo desses indicadores no quadrante respectivo reflecte a forma como se conjugam com os padrões de consumo específicos respectivos. As categorias sublinhadas a *italico* designam um posicionamento no quadrante pouco distintivo.

**Fonte:** INE, base de microdados do *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999-2000.

Esta decorrente sobretudo da conjugação dos atributos etários — que os incorporam na categoria dos activos idosos/«jovens velhos» — com o muito baixo nível de qualificações adquiridas<sup>15</sup>.

A observação do peso relativo destes diversos segmentos sugere, assim, que a debilidade de recursos, tanto económicos como qualificacionais, não permite, para a larga maioria destes idosos, muito mais do que uma sobrevivência precária ou, quanto muito, «embelezada». Para boa parte destes indivíduos e respectivas famílias, a velhice não será propriamente um tempo de lazer, no sentido *nobre* do termo, ou seja, um período de desenvolvimento de capacidades individuais, libertado dos constrangimentos próprios do exercício de uma actividade profissional regular.

Vejamos então como se configuram os diversos perfis destacados.

*Perfil A: velhice de pobreza.* Com uma representatividade de conjunto na ordem dos 23,8%, caracteriza-se por uma constelação de não-práticas em todos os vectores de consumo considerados. A estes elementos reveladores de patamares de rendimento muito baixos associam-se, significativamente, os segmentos de idosos com menores recursos tanto do ponto de vista de qualificações escolares como das redes familiares (destacam-se neste perfil, sobretudo, as famílias unipessoais, os viúvos e solteiros). Do ponto de vista etário, o escalão aqui posicionado é o dos muito idosos, com 75 e mais anos, registando-se ainda alguma sobrerrepresentação de mulheres. Quanto à principal razão de transição para a inactividade, localizam-se junto deste *perfil A*, sobretudo, os indivíduos que declaram ter acedido à reforma por idade.

Neste *perfil A*, o predomínio do contexto rural, remetendo frequentemente para formas de sociabilidade e redes de entajuda comunitárias e de vizinhança mais intensas, poderá, eventualmente, compensar o isolamento e as situações de pobreza extrema sugeridas por este quadro (Almeida, Capucha, Costa, Machado, Nicolau e Reis, 1992).

*Perfil B: velhice precária.* Envolvendo 33,1% do total, este conjunto caracteriza-se por níveis de consumo elementares ou de sobrevivência em vectores do quotidiano, como a alimentação, o vestuário, a saúde e os transportes, registando alguma proximidade ao perfil analisado anteriormente, sobretudo pela ausência de consumos em práticas culturais e novas tecnologias. Por outro lado, traduzindo, provavelmente, a perda de algum poder de rendimento que deteriam no passado, destaca-se no cabaz de consumos destes indivíduos e respectivos agregados familiares a presença, em limiares que não deixam de ser expressivos, de algumas das tecnologias de uso corrente (com patamares de consumo que se estendem ao nível 3, numa

---

<sup>15</sup> Sobre a caracterização social deste conjunto mais idoso da população activa, v. Guerreiro (2000).

escala de cinco posições). A análise das variáveis de caracterização social destaca, junto deste *perfil B*, o peso de famílias residentes em contextos semiurbanos, de casais e dos indivíduos com 65 a 74 anos. Posiciona-se ainda aqui a categoria dos que acederam à reforma por doença, um indicador que indicia, só por si, um quadro social de velhice fragilizado, onde as despesas de saúde, mesmo que globalmente limitadas, poderão constituir uma fatia pesada dos respectivos orçamentos (Almeida, Capucha, Costa, Machado, Nicolau e Reis, 1992, p. 69)<sup>16</sup>. Finalmente, num espaço, como se referiu antes, estruturado fundamentalmente pela dimensão 1, do ponto de vista das qualificações escolares, este conjunto caracteriza-se, como o anterior, pelo predomínio de não escolarizados.

*Perfil C: velhice remediada.* Com um peso de 28,3%, este perfil caracteriza-se por padrões de práticas de consumo de nível médio nas diversas componentes em análise. Aqui os consumos mais distintivos (desde logo, no sentido que lhe confere Bourdieu, 1979), ligados às práticas culturais e à utilização de «novas tecnologias», pautam-se por uma relativa segmentação interna do conjunto, já que correspondem às vertentes com consumos mais dispersos, localizados entre os patamares 2, 3 e 4. Significativamente, do ponto de vista das qualificações escolares, posicionam-se aqui, com particular incidência, os indivíduos que adquiriram o ensino básico, os activos e os localizados preferencialmente no escalão de 55 a 64 anos. Do ponto de vista do género, regista-se, junto deste *perfil C*, uma representação masculina superior à que encontramos no total da distribuição. Finalmente, os contextos familiares que mais se destacam aproximam-se também dos que predominam no segmento activo da população portuguesa: as famílias constituídas pelo casal e outros elementos, enquanto a situação conjugal predominante é a dos casados.

*Perfil D: velhice autónoma.* Com uma representatividade de 11,5%, caracteriza-se por patamares médio-altos de práticas nas diversas componentes consideradas, traduzindo condições gerais de vida de algum conforto e estabilidade. A inserção em contexto urbano distingue, nos padrões de consumo destes indivíduos, a importância que revestem as despesas em transportes públicos, bem como o acesso aos cuidados de saúde.

*Perfil E: velhice distintiva.* Englobando apenas 3,3% do conjunto em análise, caracteriza-se por um forte volume de práticas em todos os vectores considerados. A distinção sugerida por este quadro é ainda reforçada quando

---

<sup>16</sup> Andrée Mizrahi e Arié Mizrahi (2002), num trabalho que toma por referência os resultados dos inquéritos sobre a saúde e a protecção social do CREDES (Centro de Investigação em Economia da Saúde), em França, concluem que as despesas globais em medicamentos não têm variações significativas segundo a categoria sócio-profissional. Porém, o mesmo estudo salienta a existência de variações estatisticamente significativas entre as diversas categorias tanto face à probabilidade de contrair uma doença crónica como face à morte/longevidade.



se observam os posicionamentos relativos dos diversos vectores, os quais configuram um perfil predominantemente estruturado pela presença, nas respectivas famílias, de uma componente forte de práticas culturais, pela disponibilidade de novas tecnologias de lazer, comunicação e lar, por um grande investimento em vestuário e imagem pessoal e ainda na habitação. Significativamente, a diferenciação deste perfil E estende-se a uma relativa preferência, nos padrões alimentares, pela alimentação preparada e ainda, no que respeita ao transporte, por uma presença mais expressiva de despesas em veículos de transporte próprio, em detrimento do transporte público.

Do ponto de vista dos elementos de caracterização social, os perfis D e E envolvem os conjuntos mais qualificados dos indivíduos em análise. No respeitante aos contextos familiares, estão aqui posicionados, preferencialmente, os idosos inseridos em famílias extensas, que incorporam várias gerações, registando-se ainda uma relativa incidência de divorciados e também de casados. Nas relações com a actividade evidencia-se nestes perfis uma relativa dicotomização entre um conjunto expressivo (cerca de 50%) que ainda permanece na actividade e um outro composto por diversas categorias de inactivos, sobretudo reformados. Encontramos nestes dois perfis D e E os indivíduos que acederam à reforma por tempo de trabalho ou ainda na sequência de processos de pré-reforma. A dicotomização actividade/inactividade estende-se a uma composição por género onde os homens predominam ligeiramente em relação às mulheres. Do ponto de vista dos escalões etários, como no perfil C, estão aqui os conjuntos dos activos-idosos/«jovens velhos», localizados com maior incidência no escalão 55-64 anos.

\*

Ficou relativamente clara, nesta reflexão, a importância que reveste na estruturação dos diversos conjuntos de práticas sociais o nível de qualificações detido pelos respectivos protagonistas sociais. Já na componente sócio-profissional, e tendo em conta que se procura estudar estes processos como resultados de estratégias e trajectórias ligadas a condições de vida e de trabalho, os indicadores que ilustraram a análise ficaram aquém do que se pretendia. E isto por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, pela escassez de indicadores de caracterização sócio-profissional; em segundo, porque os disponíveis remetem fundamentalmente para contextos do presente. Um presente que se define para a larga maioria destas pessoas pela inactividade, decorrente sobretudo da reforma. A informação estatística tende assim a contribuir para reforçar um esvaziamento do *status* social que lhes conferia a situação profissional anterior, consolidando o atributo de «inactivos» que socialmente lhes é dirigido.

Tal não obsta a que não se possa retirar da configuração dos padrões de condições materiais de existência associados à tipologia proposta uma ideia

dos fluxos preferenciais que se estabelecem entre os diferentes perfis-tipo ao longo dos itinerários sociais dos indivíduos que os protagonizam. Designadamente, no perfil A, as práticas atrás analisadas indicam percursos de pobreza estrutural que terão, em muitos dos casos aí posicionados, antecedido a vivência na velhice. Esta, quando muito, veio introduzir ainda uma maior fragilidade a um quadro já por si muito precário. Já no perfil B posicionam-se, provavelmente, alguns indivíduos recrutados do perfil de «velhice remediada» e outros tantos que no futuro poderão engrossar o que se designou por «velhice de pobreza». Enfim, já os perfis E e D, de «velhice autónoma» e «velhice distintiva», traduzem uma perspectiva do que poderá constituir esta última fase do ciclo de vida para segmentos expressivos da população actualmente em idade activa, com patamares de qualificação mais elevados do que o conjunto aqui analisado.

## AS QUALIFICAÇÕES E O TRABALHO NA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS IDOSAS

Numa perspectiva complementar à desenvolvida até agora, e tendo em vista o aprofundamento do modelo de análise proposto no início da presente comunicação, neste capítulo procura-se analisar as articulações que os sistemas de desigualdades explicitados estabelecem com dois dos parâmetros básicos de estruturação da vida social: o trabalho e as qualificações (Bourdieu, 1979 e 1997). Estes são assim perspectivados como dimensões-chave de diferenciação simbólica e social dos padrões de vida na velhice, nesta medida distinguindo-se claramente de outros atributos sociais de carácter circunstancial ou ligados aos ciclos de vida – como os vários indicadores de caracterização dos contextos familiares, ou outros indicadores de dimensões sociais, como o sexo e a idade, entre outros (v. Costa, 1999, pp. 189-288).

Os resultados dessa análise estão representados na figura n.º 3 e tomam por referente empírico informação estatística do INE reportada à base de microdados do *Inquérito ao Emprego*, 2.º trimestre de 2000.

Nesta ilustração a operacionalização da análise das localizações nos espaços relacionais das condições de existência, ou espaço estrutural das relações de classe, tem por base indicadores como os níveis de educação adquiridos, as categorias sócio-profissionais e a condição perante o trabalho<sup>17</sup>. Quanto

---

<sup>17</sup> Nesta abordagem a operacionalização da variável «categorias sócio-profissionais» tem por base a construção de indicadores agregados de profissão e situação na profissão que tanto reportam ao contexto presente (no caso dos empregados) como passado (no caso dos não empregados). Parte-se do princípio de que neste segmento a actual condição (desempregado ou inactivo) está ainda profundamente condicionada pelo estatuto simbólico e material (em termos de capital económico, cultural e social) que lhe conferia o exercício profissional anterior. Quanto ao indicador de condição perante o trabalho utilizado nesta análise, sublinhe-

às restantes variáveis auxiliares, ilustradas nas janelas adjacentes, devem ser interpretadas nas suas posições, de maior ou menor proximidade, face às categorias das variáveis que compõem os elementos antes designados.

Nesta figura n.º 3 é notória na *dimensão 1* a prevalência discriminatória das qualificações adquiridas e das classes sociais.

A observação do posicionamento relativo das categorias destas variáveis reflecte, uma vez mais, o peso muito distintivo, neste conjunto populacional, da escolaridade formal adquirida. Manifesto na oposição entre os que não têm qualquer grau de escolaridade e os que adquiriram pelo menos o ensino básico. Neste último conjunto é ainda notória uma segmentação expressiva, em termos de posicionamentos relativos, entre os indivíduos que apenas detêm o grau elementar e o conjunto minoritário que adquiriu pelo menos o secundário.

Mas, se o volume de capital escolar detido por estes protagonistas sociais condiciona, de forma significativa, as respectivas condições sociais de existência, também no que respeita ao posicionamento relativo das categorias de classe se evidencia uma relativa polarização desta população: de um lado situam-se, claramente, os indivíduos inseridos nas categorias de profissionais técnicos e de enquadramento e de empresários, dirigentes e profissionais liberais; no outro as categorias de assalariados correspondentes aos segmentos mais desprovidos de recursos económicos e qualificacionais, como os assalariados agrícolas e os operários industriais.

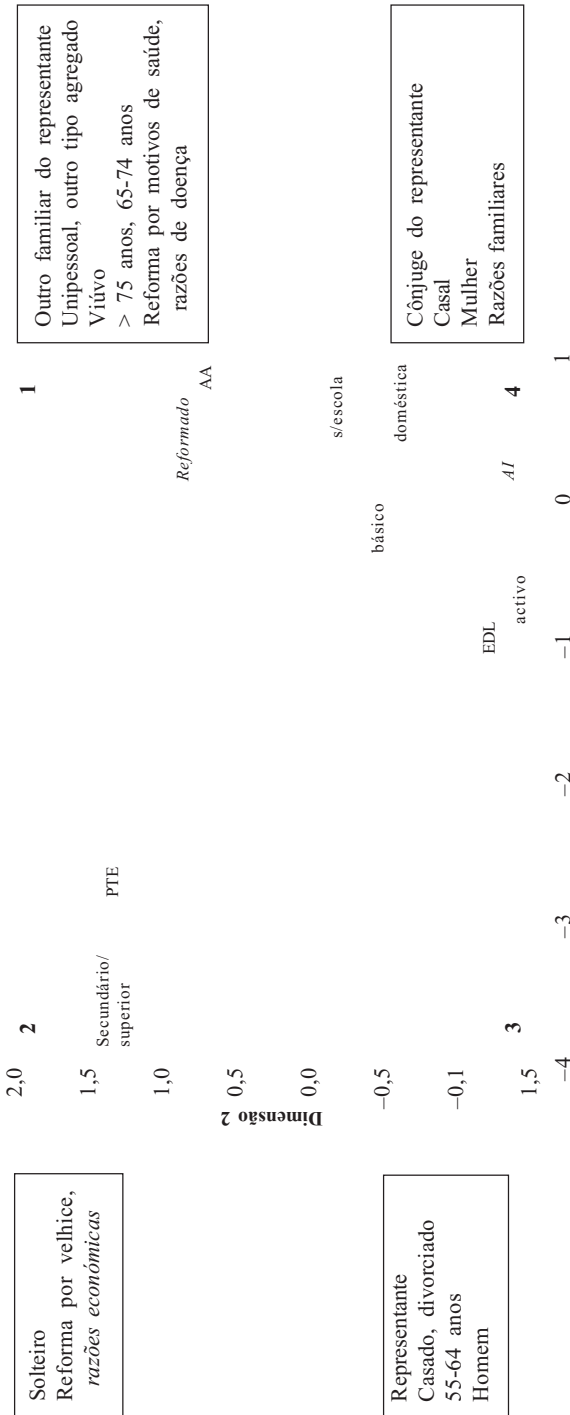
Quanto às restantes categorias, por um lado, de trabalhadores independentes e agricultores independentes, por outro, de empregados executantes, os seus posicionamentos relativos decorrem, de acordo com os dados apurados, do peso que nelas reveste a respectiva condição perante o trabalho, variável que, globalmente, está sobretudo associada à estruturação da *dimensão 2*. Isto embora, traduzindo a complexidade que caracteriza a configuração estrutural das relações sociais, a sua distribuição no espaço topológico seja condicionada pelo nível de qualificações que predominam em cada um desses conjuntos. Designadamente, compreende-se desta forma, desde logo, o posicionamento relativo das duas categorias associadas ao trabalho independente nos quadrantes 3 e 4 da ilustração: os agricultores independentes neste último, por força da forte presença de indivíduos, aí localizados, sem qualquer grau de instrução; os trabalhadores independentes, mais próximos do conjunto que detém qualificações formais elementares, equiparadas ao actual 1.º ciclo do ensino básico.

---

-se que não é estritamente comparável com o indicador com a mesma designação analisado no âmbito da exploração das bases de microdados do IOF. Enquanto o indicador do IOF traduz uma autoconceito dos inquiridos quanto à sua condição perante a actividade, o do IE, embora tenha por base também indicadores que traduzem autoclassificações dos indivíduos, é um indicador derivado, construído segundo procedimentos normativos estandardizados do Eurostat, o que leva a que a classificação final possa não coincidir com a auto-atribuição dos indivíduos.

Configuração do espaço das posições sociais das pessoas idosas

[FIGURA N.º 3]



**Legenda:** EDL, empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE, profissionais técnicos e de enquadramento; TI, trabalhadores independentes; AI, agricultores independentes; EE, empregados executantes; OI, operários industriais; AA, assalariados agrícolas.

**Notas:** A tipologia classificatória proposta neste quadro foi retirada do trabalho de António Firmino da Costa (1999). Corresponde à última actualização da matriz de determinação dos lugares de classe sugerida pela equipa que o autor integra com João Ferreira de Almeida e Fernando Luís Machado. As categorias sócio-profissionais aqui contempladas sintetizam diversas combinações entre os indicadores, como a condição perante o trabalho, a profissão, a situação na profissão e a escolaridade. Neste âmbito, v. também Almeida (1999) e Almeida, Costa e Machado (1988).

Na análise da *dimensão 2*, o aspecto mais interessante a assinalar consiste na forte oposição, não tanto entre activos *versus* inactivos, mas antes entre categorias específicas, como os reformados e outros inactivos (entre os quais, nos escalões etários analisados, têm maior incidência os cidadãos doentes/incapacitados), os quais se distanciam tanto dos activos como das domésticas.

Uma compreensão das dinâmicas subjacentes, sobretudo, a esta maior proximidade das domésticas face aos activos passaria certamente por complementar esta abordagem, que toma como unidade de análise o indivíduo, por uma segunda centrada preferencialmente no grupo doméstico. Nesse sentido, perspectivado como uma *unidade familiar*, onde a partilha de recursos e estilos de vida pode assumir configurações diferenciadas e diferenciadoras nas posições relativas (materiais e simbólicas) que os seus membros ocupam no espaço estrutural das classes sociais (Almeida, 1999). Isto tanto mais porque, ao observar a articulação destes indicadores com as «dimensões auxiliares», projectadas em suplemento, ilustradas nas janelas adjacentes à figura n.º 3, se constata uma associação das categorias assinaladas a contextos familiares de casados/casais.

Se estes são os elementos de conjunto que se retiram da análise do espaço de posições sociais das pessoas com 55 e mais anos, importa agora, com maior pormenor, observar as articulações específicas das duas formas de capital que configuram esse espaço, observando também as regularidades sociais registadas nessa estruturação. De forma complementar, procura-se ainda integrar nessa análise as modalidades de associação entre os posicionamentos sociais e as variáveis auxiliares operacionalizadas nesta abordagem.

*Quadrante 4.* Concentra-se aqui a categoria de trabalhadores independentes sem qualificações formais próprias, ligados à exploração agrícola, caracteristicamente de auto-subsistência. Com poucos recursos tanto económicos como culturais, os idosos aqui localizados correspondem a um dos segmentos sociais de maior vulnerabilidade à pobreza, a qual, em muitas situações, tende mesmo a acompanhar o ciclo de vida destes indivíduos e respectivas famílias (Almeida, Capucha, Costa, Machado, Nicolau e Reis, 1992, p. 103). A gravidade deste quadro social é ainda acentuada quando os dois elementos do casal se dedicam à mesma actividade, situação que, nas estatísticas, se traduz, com alguma frequência, numa classificação das relações com a actividade do elemento feminino na categoria de doméstica (Almeida, 1999).

Nesta continuidade, é interessante notar a proximidade, aqui evidenciada, entre as categorias de doméstica e «cônjuge do representante», o domínio do género feminino e a incidência de «razões familiares» para abandono de uma actividade anterior. Do ponto de vista dos perfis-tipo, este quadro sugere que estejam aqui posicionados, com maior presença, segmentos que protagonizam padrões sociais de «velhice de pobreza» e «velhice precária».

*Quadrante 1.* Associa as diversas categorias, muito pouco qualificadas, do proletariado agrícola e industrial e também alguns segmentos de empregados

executantes. O baixo nível de qualificações deste conjunto de pessoas com 55 e mais anos, agora predominantemente na reforma, sugere que estarão aqui, muito provavelmente, segmentos expressivos de indivíduos que na tipologia proposta anteriormente se localizam nos perfis de «velhice precária» e «velhice de pobreza». Uma dedução que é ainda reforçada quando se equacionam as diversas dimensões auxiliares de caracterização social destes conjuntos. Significativamente, entre as razões mais apontadas para abandono da última actividade profissional, destacam-se aqui as «razões de doença» e a «reforma por motivo de saúde»<sup>18</sup>.

Os restantes elementos de caracterização social associam, neste quadrante 1, no que respeita aos contextos familiares, desde as famílias unipessoais e os viúvos até «outro tipo de agregados». Quanto aos escalões etários, envolvem os indivíduos com 65 e mais anos, onde precisamente a inactividade por reforma é predominante.

*Quadrante 2.* Reúne, com particular incidência, indivíduos que, enquanto activos, correspondem aos trabalhadores por conta de outrem melhor providos de recursos qualificacionais, trabalhadores cuja posição social decorre fundamentalmente da posse desses recursos. Estão aqui localizados os profissionais técnicos e de enquadramento com patamares educacionais que se localizam no secundário ou superior, como se sabe, minoritários no conjunto aqui em análise. Indivíduos que acedem à reforma, sobretudo, por motivos de velhice. Paralelamente, sugere-se ainda uma associação, embora pouco acentuada, com «razões económicas» para abandono da última actividade exercida.

A expressividade que, neste quadrante 2, assume a categoria de solteiros pode ainda ligar o conjunto de «jovens idosos» aqui posicionados a um protagonismo emergente, tendencialmente, com maior representatividade, de vivência unipessoal, que em parte pode decorrer de constrangimentos ligados ao ciclo de vida ou outros, mas também de novos estilos de vida urbanos e novos valores. A análise global deste quadro sugere, assim, que estão aqui posicionados, provavelmente, os padrões de vida que se classificaram de «velhice distintiva».

*Quadrante 3.* Envolve maioritariamente as categorias da burguesia, cujo posicionamento social decorre, de forma privilegiada, da posse de recursos económicos, e ainda alguns segmentos de trabalhadores independentes. Este um lugar de classe entre nós caracterizado por alguma heterogeneidade social. Do ponto de vista dos recursos educacionais, estes conjuntos distinguem-se — num quadro global fortemente pauperizado de recursos educacionais — pela detenção de um limiar mínimo, correspondente ao ensino básico. A condição perante o trabalho aqui predominante é ainda a actividade.

---

<sup>18</sup> No estudo referido antes, desenvolvido por André Mizrahi e Arié Mizrahi (2002), destaca-se a maior permeabilidade à doença junto das categorias mais desqualificadas e com rendimentos escassos.

De forma significativa, as dimensões auxiliares de caracterização social associam neste segmento a masculinidade, o escalão etário de 55-64 anos e os contextos familiares de casados e também, embora na fronteira com o conjunto anterior (quadrante 3), de divorciados. Os quadros sociais aqui destacados sugerem, em suma, alguma preponderância de perfis-tipo de «velhice autónoma» e, eventualmente, também alguns segmentos caracterizados no padrão de práticas sociais de «velhice remediada».

\*

A análise desenvolvida salienta as especificidades, em diversas dimensões de caracterização social, que marcam as condições sociais de existência das pessoas com 55 e mais anos na sociedade portuguesa contemporânea relativamente a outros segmentos etários. Por outro lado, sublinha também a diferenciação de perfis sociais e padrões de vida que marcam internamente este conjunto. Propõe-se uma tipologia de cinco perfis-tipo, claramente diferenciados, cuja configuração básica decorre essencialmente da posse de recursos económicos e qualificacionais, bem como da forma como se articulam entre si, condicionando as respectivas práticas sociais de consumo.

Não é possível avaliar dinamicamente uma evolução dos padrões de vida das pessoas idosas sem ter em conta o papel do Estado e de instituições que prestam serviços diversos a esta população, em especial nos segmentos mais fragilizados e vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social. Não tomando directamente por objecto de reflexão analítico-conceptual as políticas sociais dirigidas a estes conjuntos, os resultados da análise aqui desenvolvida contêm elementos que certamente não deverão deixar de ser contemplados por medidas que sejam implementadas nesse âmbito<sup>19</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes de (1998 [1998]), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1999 [1986]), *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da, e MACHADO, Fernando Luís (1988), «Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, Fernando Luís Machado, NICOLAU, Isabel, e REIS, Elizabeth (1992), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

---

<sup>19</sup> Sobre a evolução em Portugal das políticas sociais dirigidas à família, v. Wall (2001 e 2002).



- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da, e MACHADO, Fernando Luís (1994), «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», in António Reis (org.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, e TORRES, Anália (2000), «A sociedade», in António Reis (org.), *Portugal Anos 2000: Retrato de Um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 36-72.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique social du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1997 [1994]), «Espaço social e espaço simbólico», in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, pp. 3-14.
- BOURDELAIS, Pierre (1997 [1993]), *L'Âge de la vieillesse*, Paris, Odile Jacob.
- CARADEC, Vincent (2001a), *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement* (col. «Sociologie», vol. 128), Paris, Édition Nathan.
- CARADEC, Vincent (2001b), «Généralisations anciennes et technologies nouvelles», in *Gérontologie et société: avoir 20 ans, avoir 100 ans en l'an 2000* (número especial), Maio de 2001, pp. 71-91.
- CARVALHO, Helena (1999), *Variáveis Qualitativas na Análise Sociológica. Exploração de Métodos Multidimensionais* (dissertação para obtenção do grau de doutoramento), Lisboa, ISCTE.
- COSTA, António Firmino da (1998), «Classificações sociais», in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3 (2), pp. 65-75.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- COSTA, António Firmino da, MAURITTI, Rosário, MARTINS, Susana da Cruz, MACHADO, Fernando Luís, e ALMEIDA, João Ferreira de (2000), «Classes sociais na Europa», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- DUBAR, Claude (2001), «Transformations des cycles de vie et dynamique des identités personnelles», in *Gérontologie et société: avoir 20 ans, avoir 100 ans en l'an 2000* (número especial), Maio de 2001, pp. 93-102.
- FERNANDES, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- FERNANDES, Ana Alexandre (2001), «Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 39-52.
- FERRÃO, João (1996), «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno», in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 165-190.
- GONÇALVES, Cristina, e BRANCO, Rui (2001), *Demographic, Social And Economic Aspects of Older Persons in Portugal*, INE, Gabinete de Estudos e Conjuntura/Serviço de Estudos Demográficos e Sociais.
- GUERREIRO, Maria das Dores (2000), «Older workers in Portugal», comunicação apresentada numa conferência internacional em Haia, Holanda, em Setembro de 2000 (policopiado).
- INE (1999), *As Gerações mais Idosas*, Lisboa, INE, Gabinete de Estudos e Conjuntura/Serviço de Estudos Demográficos e Sociais, série «Estudos», n.º 183.
- INE (2002a), *Situação Demográfica e Socio-Económica Recente das Pessoas Idosas*, Lisboa, Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População.
- INE (2002b), *Censos 2001: Resultados Provisórios, Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).
- MACHADO, Fernando Luís, e COSTA, António Firmino da (1998), «Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social», in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.



- MAURITTI, Rosário (2000), *Estudantes Universitários: Trajetórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional*, tese de mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Lisboa, ISCTE.
- MAURITTI, Rosário, MARTINS, Susana da Cruz, ANTUNES, Ana Simões, e COSTA, António Firmino da (2002), «Utilização de bases de microdados na investigação em ciências sociais», in *Revista de Estatística*, II (2.º quadrimestre de 2002), pp. 47-64.
- MIZRAHI, Andrée, e MIZRAHI, Arié (2002), «Inégalités sociales face au vieillissement et à la mort», in *Gérontologie et société*, 101, pp. 63-83.
- OLIVEIRA, Luísa, e CARVALHO, Helena (2002), «A segmentação do espaço de inovação na indústria portuguesa», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 39-56.
- PAILLAT, Paul (1991), «Éditorial: vieillesse différentes/vieillesse inégales», in *Gérontologie et société*, 56, pp. 3-5.
- REIS, Elizabeth (1990), *Análise Factorial das Componentes Principais: Um Método de Reduzir sem Perder Informação*, Lisboa, Giesta/ISCTE.
- RILEY, Matilda W., e RILEY, John W. (1991), «Vieillesse et changement des roles sociaux», in *Gérontologie et société*, 56, pp. 6-13.
- ROSA, Maria João Valente (2000), «População idosa: pensionistas e despesas sociais com a velhice», in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 607-610.
- WALL, Karin (2001), «Family life and family policies in Portugal: developments in the late nineties», in *European Observatory on the Social Situation, Demography and Family*, Lisboa, ICSUL.
- WALL, Karin (2002), «Family and family policies in Portugal», in *European Observatory on the Social Situation, Demography and Family*, Lisboa, ICSUL.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- <http://www.geronto.com> (página da Fundação Nacional de Gerontologia, em França).
- <http://www.madrid2002-envejecimiento.org/>.
- International Plan of Action on Ageing*, cimeira das Nações Unidas em Viena, 1982, atualizado em 4 de Junho de 2002, Nações Unidas/Divisão de Política Social e Desenvolvimento, in <http://www.un.org/esa/socdev/ageing/ageipaa3.htm> (Outubro de 2002).
- «Maltrato das pessoas idosas: reconhecer e responder ao maltrato das pessoas idosas num contexto mundial», Nações Unidas/Conselho Económico e Social, E/CN.5/2002/PC/2, <http://www.onu.org/Agenda/conferencias/envejecimiento/pc2/2.pdf> (Outubro de 2002).
- Montepio Senior* (suplemento à revista do Montepio Geral), n.º 1, Setembro de 2002.
- «Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas», Resolução n.º 46/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16-12-1991, in <http://www.un.org/spanish/envejecimiento/principios.htm> (Outubro de 2002).
- SACCHI, Eny, «Velhice em Madrid», 9 de Abril de 2002, in <http://www.rnw.nl/parceria/html/at020409velhice.html> (Outubro de 2002).
- «Saúde e envelhecimento: um documento para o debate», Organização Mundial de Saúde, in <http://srv-tt.tt.mtas.es/imserso/saludyenvejec.doc> (Outubro de 2002).
- «Segunda assembleia mundial sobre o envelhecimento: processo preparatório», Genebra, Novembro de 2001, Comissão de Emprego e Política Social/Organização Internacional do Trabalho, in <http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/gb/docs/gb282/pdf/esp-2.pdf> (Outubro de 2002).
- WALL, Karin, JOSÉ, José São, e CORREIA, Sónia Vladimira (2002), «Trabalhar e cuidar de um idoso dependente: problemas e soluções», *Working Paper 2*, Lisboa, ICSUL, in <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/index.htm#2003> (Maio de 2003).